

Na constituição federal de 1988, conhecida também como "constituição cidadã", assegura a todos os indivíduos brasileiros o direito ao bem-estar social e ao lazer. Porém, hodiernamente, na prática, isso não acontece não só pela grande concentração de renda existentes no país como também por um baixo planejamento urbano nas cidades, fazendo com que a democratização do acesso ao cinema no Brasil seja afetada. Nesse sentido, é de suma importância a discussão dessa problemática para o melhor desenvolvimento da sociedade.

Em primeiro lugar, é evidente que a concentração de renda é um empecilho ao aproveitamento do lazer, pois, apenas 17% da população frequenta o cinema, segundo o site "meio e mensagem". No entanto, esse não é um problema atual, visto que, desde os primórdios, vem se agravando como no Período Joanino, com a chegada da família real no Rio de Janeiro, o dinheiro do país era segregado e concentrado na capital para uma melhor qualidade de vida da família, deixando as demais regiões economicamente e socialmente esquecidas. Dessa forma, é notório que a distribuição de renda da população foi e continua sendo negligenciada pelo governo e com isso infringindo o direito ao lazer.

Além disso, é certo que a falta de planejamento urbano é um dos principais problemas na implantação de cinemas. Já que, por conta da eclosão do êxodo rural promovida pela industrialização do país, no século XX, muitas cidades foram prejudicadas por não ter estrutura suficiente para acomodar todos os migrantes, levando na formação de favelas, que são segregados para as periferias, vivendo em condições precárias sem usufruir de necessidades básicas e muito menos do lazer como o cinema. Desse modo, é inadmissível que a sociedade pague por péssimos planejamentos.

Logo, para uma melhor democratização ao uso do cinema, medidas são necessárias para subversão desse cenário. Com isso, o governo, com a ajuda do Poder Legislativo, deve ter uma maior fiscalização na distribuição de rendas, por meio de profissionais qualificados na área, com o intuito de diminuir a concentração de renda para que todos os cidadãos possam ter condições financeiras suficientes para usufruir do direito de lazer prescrito na "constituição cidadã", e também investir em planejamentos urbanos, que visam a implantação de cinemas ao ar livre, para que a população tenha o acesso. Espera-se, com isso, que o problema seja amenizado.